



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



CPRN
DAIA
Fls. nº 363
Jack
VISTO

PARECER TÉCNICO FLORESTAL

Nº do PTF	Nº do Processo SMA/DEPRN
024/07	87.272/07

Nome do Interessado Companhia Energética São José	CPF ou CNPJ 05.266.880/0001-66
--	-----------------------------------

Denominação da propriedade Faz. São Joaquim	Área total da propriedade (ha) 69,98
--	---

Localização da propriedade Rodovia Brigadeiro Faria Lima Km 410	CEP 14.770-000	Município Colina SP
--	-------------------	------------------------

Coordenadas Geográficas de acordo com a planta Latitude 20°39'46" S	Longitude 48°32'8" W
--	----------------------

Localizado em Área Especialmente Protegida? () Sim (x) Não () Parcialmente () No entorno	Tipo da Área Protegida
--	------------------------

Finalidade do Parecer () Assentimento de Pesquisa () Regularização () Desmembramento (x) Outros	Área total do Empreendimento (ha) 57.585,11
---	--

Considerando a finalidade requerida na área do empreendimento, concluímos:

No que concerne a este DEPRN, pelo prosseguimento do licenciamento ambiental do empreendimento condicionado a apresentação de projeto de adequação ambiental abrangendo a área total do empreendimento, agrícola e industrial, visando a recuperação das Áreas de Preservação Permanente e instituição das Reservas Legais referente as áreas próprias. Apresentar programa para promover a recuperação das Áreas de Preservação Permanente e constituição das Reservas Legais referente aos imóveis rurais cuja as áreas utilizadas para a produção de cana são arrendadas e de terceiros objetivando a implantação de corredores ecológicos e ampliação da cobertura de vegetação nativa na área de influência do empreendimento. Deverá ser apresentado conjuntamente com o projeto e programa acima relatados a relação dos imóveis próprios, arrendados e de terceiros para que possa ser firmado Termo de Compromisso dando cumprimento ao já exposto.

Fica condicionado ainda a não promoção de supressão de vegetação nativa para a implantação do empreendimento tanto na área agrícola quanto na industrial assim como deverá ser promovida a manutenção dos fragmentos de vegetação nativa existentes na área de influência do empreendimento. Para tanto deverá ser adotado um raio mínimo de 50 metros no entorno destes fragmentos seguidos de aceiro de 10 m de largura para garantir a integridade da fauna e flora que se encontram nestes fragmentos.

A não adoção do uso do fogo como prática agrícola nas áreas de expansão da cultura de cana de açúcar previstas no total de 40.958,11ha. Deverá ser realizado o monitoramento da fauna silvestre, incluindo os grupos de ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna conforme consta no Parecer Técnico de Fauna 145/07 - DPRN - 9, em anexo, no presente processo.

QUADRO DE ÁREAS			
Discriminação	Tipo vegetação	Estágio de sucessão	Área (em ha)
Fora de APP			**não apresentada**
Em APP			**não apresentada**
Várzea			**não apresentada**
Área total com vegetação			**não apresentada**
Área total com outros usos			
Área total da propriedade			**não apresentada**

Nome da Equipe Técnica do DEPRN Barreiros
--

Data da expedição. 12/11/07	Assinatura da Autoridade Florestal
--------------------------------	------------------------------------

O PRESENTE PARECER NÃO SE CONSTITUI EM AUTORIZAÇÃO E NÃO COMPROVA O DOMÍNIO DA PROPRIEDADE

Marcelo Martirani
Eng.º Agr. Marcelo Alves Martirani
CREA 136.686/D - D.E.P.R.N.
Diretor Regional Nordeste Paulista DPRN 9



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



CPRN
DAIA
Fls. nº 364
Jack
VISTO

PARECER TÉCNICO DE FAUNA nº 145/07 – DPRN-9

Interessado: Companhia Energética São José

Processo SMA: 13.544/2007

Município: Colina

Assunto: Ampliação das atividades agroindustriais para fabricação de açúcar e álcool.

Trata-se de solicitação de parecer técnico referente ao item relacionado a fauna silvestre do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), cujo responsável técnico é o Engº. Químico Tuko Nakahodo, CREA nº 0600485039, visando à ampliação do parque industrial e da área agrícola para aumento da produção de açúcar e álcool, no município de Colina.

Após análise do respectivo item, verificou-se que as três áreas de interesse - ADA, AID e AII abrangem, respectivamente, a área onde será ampliado o parque industrial; áreas arrendadas de terceiros, áreas próprias e áreas de fornecedores onde há o cultivo de cana-de-açúcar atualmente e áreas de expansões futuras; e, as principais sub-bacias hidrográficas das UGRHRI-15 e UGRHI-16.

Atualmente a planta industrial da Usina ocupa uma área de, aproximadamente, 7,53 ha, com a ampliação prevista esta irá totalizar 13,42 ha. As áreas agrícolas abrangem 16.627 ha entre áreas próprias, de fornecedores e de parcerias, com a ampliação da capacidade de produção haverá um aumento de 40.958,11 ha na área de cultivo de cana-de-açúcar, perfazendo uma área total de 57.585,11 ha de cultura de cana para abastecimento da usina.

Na fase de ampliação da planta industrial, não haverá supressão de vegetação nativa, uma vez que esta está coberta por pastagens, contudo, segundo informações constantes à pg. 74 do EIA, deverá ser averbada Reserva Legal da propriedade (no mínimo 20% da gleba) com apresentação de projeto de recuperação da vegetação nativa, utilizando, inclusive, espécies arbóreas nativas atrativas a fauna.

O levantamento dos grupos de ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna foi realizado em quatro "sub-áreas" de expansão agrícola e na ADA, sendo a região que apresentou menor riqueza foi a área de "expansão 2".

Quanto a herpetofauna, não houve registro, por meio de dados primários, de nenhuma espécie nas áreas de "expansão" agrícola, já na ADA foram amostradas 7 espécies de anfíbios anuros, nenhuma consta na lista de espécies ameaçadas de extinção do estado de São Paulo, segundo Decreto Estadual nº 42.838/98.



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



CPRN
DAIA
Fls. nº 365
Jack
VISTO

Em relação a Ictiofauna, o maior número de espécies amostradas ocorreu no Córrego Queixada, inserido na área de "expansão 4", com registro de uma espécie inserida na "Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçados de Extinção" (Diário Oficial da União - Seção 1 - Instrução Normativa nº 5 de 21 de maio de 2004) e na categoria Vulnerável do Decreto nº 42.838/98, o Guarú (*Phallotorynus jucundus*). Neste sentido, deverá haver o monitoramento da qualidade da água e da ictiofauna, bem como um programa de reflorestamento da mata ciliar ao longo deste curso d'água visando a melhoria nas condições ecológicas e a sustentação da diversidade íctia.

Foram registradas, por dados primários, duas espécies de mamíferos e uma de ave ameaçada de extinção, segundo Decreto Estadual citado cima:

Nome Popular	Nome Científico	Categoria de Ameaça
Onça-Parda	<i>Puma concolor</i>	Vulnerável
Mico-estrela	<i>Callithrix penicilata</i>	Vulnerável
Papagaio-curau	<i>Amazona aestiva</i>	Vulnerável

Na fase de implantação agrícola, que abrange áreas arrendadas de terceiros, não há previsão de conversão de áreas recobertas por vegetação nativa para implantação de lavouras de cana-de-açúcar, portanto não haverá perda de habitat para a fauna de habito florestal. Como existem espécies ameaçadas de extinção deverá ser realizado um programa de recuperação das APPs e das Reservas Legais de todas as áreas consideradas neste Estudo, inclusive as arrendadas de terceiros, visando diminuir a distância e promover a conectividade entre os fragmentos florestais existentes, no sentido de aumentar a oferta alimentar e a manutenção do fluxo gênico da fauna, assim como proposto na planta apresentada no ANEXO 2-29 - Implantação de Corredores Ecológicos.

Quanto a ictiofauna, apesar da mesma já ter sofrido com alterações pretéritas em decorrência principalmente do barramento do Rio, será sobre ela que irão ocorrer alguns impactos negativos, como assoreamento, elevação da turbidez e contaminação por calagem e adubação química nos cursos d'água. Neste sentido, as medidas que visam à proteção e monitoramento dos recursos hídricos superficiais são de extrema importância para manutenção da comunidade aquática.

Deverá ser realizado o monitoramento da fauna silvestre, incluindo os grupos de ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna, visando verificar possíveis alterações nas comunidades como: atropelamentos, morte de indivíduos por meio da queima da palha e afugentamento das espécies devido ao uso de fertirrigação e defensivos agrícolas. Esta medida visa à proposição de medidas mitigadoras adicionais aos possíveis impactos observados.



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



CPRN
DAIA
Fls. nº 066
Jack
VISTO

A proposta de monitoramento ora apresentada está satisfatória, porém, ressaltamos que deverá ser apresentado um plano, descriminando a metodologia a ser utilizada, bem como a periodicidade das amostragens para aprovação desta Assessoria de Fauna. A entrega de relatórios para acompanhamento do DEPRN deverá ser semestral.

Assim, como está comprovado que o manejo da cultura da cana-de-açúcar com queimada de sua palha traz danos à fauna silvestre e, uma vez que foram relatadas espécies ameaçadas de extinção, sugere-se que este método seja o menos utilizado possível, respeitando-se um raio de, no mínimo, 50 metros de fragmentos florestais e de APPs e utilizando aceiros de, no mínimo, 10 metros de largura isolando as áreas acima mencionas.

Quando da utilização da queima da palha da cana, esta deverá ocorrer em sentido único, a fim de permitir o afugentamento da fauna para áreas florestadas e matas ciliares, não como proposto na pg. 451 do EIA – “Colocar fogo em toda volta da área a ser queimada, garantindo uma queima rápida...”.

Deste modo, com o cumprimento das medidas supracitadas, não vemos óbices, no que se refere à fauna silvestre, à implantação do empreendimento solicitado.

Ao DPRN-9 para prosseguimento.

São Paulo, 01 de agosto de 2007.

Biol. Msc. Renata Ramos Mendonça
CRBio nº 03.354/01 - D
DEPRN



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

CPRN
DAIA
Fls. nº 367
Jack
VISTO

Informação : DEPRN
Processo : SMA Nº 87.272/07
Interessado : COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO JOSÉ

Assunto : PTF

1. Visto.
2. Encaminho o Parecer Técnico nº 024/07 expedido pela Diretoria Regional Nordeste Paulista, informando que fica sem efeito a exigência contida no parágrafo cinco do mesmo.
3. DG/DEPRN, 19 de novembro de 2007.


ENG^a AGR^a RENATA INÊS RAMOS BELTRÃO
Diretora Geral do DEPRN